

ESTADO, GLOBALIZAÇÃO E DESEMPREGO: NOTAS PRELIMINARES

Paulo Alberto dos Santos Vieira¹

RESUMO

O texto que segue é um primeiro esforço no sentido de sistematizar algumas idéias em torno de temas cruciais neste fim de milênio sobre Estado, Globalização, Renda e Desemprego de mão-de-obra. O artigo nasceu no interior do Projeto “Desemprego, Trabalho e Renda em Cáceres-MT”, que reúne, de forma interdisciplinar, professores e estudantes da Universidade do Estado de Mato Grosso–UNEMAT, bem como profissionais de outras instituições e organizações não governamentais.

Palavras-chave: Estado, Globalização, Desemprego e Neoliberalismo.

1 – INTRODUÇÃO

Se no quartil final do Século XIX o espectro do comunismo rondava a Europa, o final do século XX tem sido marcado pelo fenômeno da globalização (ou mundialização) do capital. Muitas são as teses sobre a globalização, muito se tem escrito, porém, ainda assim, encontramos dificuldades em compreender a extensão e a repercussão desta mais recente fase de expansão do sistema capitalista.

Em verdade, a ênfase sobre o fenômeno da globalização em e por si só parece-nos insuficiente para dar conta das dimensões contidas na reestruturação capitalista no final deste século. Esta reestruturação que hoje atravessa todo o globo terrestre, (re)introduzindo novos desafios, é fruto de condicionantes sociohistóricas bastante particulares, próprias de um mundo em franca e completa transformação.

A queda da qualidade de vida para importantes setores dos países desenvolvidos (América do Norte, parte considerável da Europa e

¹ Economista, Professor Auxiliar I da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, *Câmpus* Universitário de Cáceres. Pós-Graduado em História pela UFMT e em Desenvolvimento Agrícola pelo CPDA/UFRRJ.

o Japão), o recrudescimento das condições de vida das populações africanas, asiáticas e latino-americanas, a formação de blocos comerciais, a extrema volatilidade dos mercados financeiros e de capitais, o questionamento da centralidade do trabalho como fator estruturante da produção e da própria vida, o aprisionamento dos Estados Nacionais por parte de gigantescos e poderosos grupos privados internacionais, demonstram que este processo histórico apenas está em seu início.

A despeito das teses que teimam em desistoricizar os fenômenos produzidos pelos Homens, cremos que é imprescindível ao cientista social permanecer alerta e debruçar-se sobre os acontecimentos sociais, econômicos, políticos e culturais para apreendê-los em toda a sua extensão, de modo a não se tornar refém dos fatos produzidos pela própria existência humana.

2 - CRESCIMENTO E PROSPERIDADE NO MUNDO DO CAPITAL

O período que se segue ao término da II Guerra Mundial e se estende até fins da década de 70, inaugura um tempo de crescimento e prosperidade para uma parcela bastante significativa dos países ocidentais.

As forças políticas, econômicas e militares que se tornaram vitoriosas nesse conflito, redesenharam o mundo. A supremacia norte-americana, país que se consolida como homogêneo entre os capitalistas e o aparecimento no cenário internacional da poderosa União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS - colocam a história da humanidade em patamares mais críticos do que em outra época qualquer.

O surgimento de “áreas de influência” de parte a parte, a deflagração da corrida espacial e, especialmente, o período da Guerra Fria e do combate ao comunismo internacional confirma o equilíbrio instável alcançado pelos países líderes dos dois blocos mais poderosos.

No que se refere ao bloco capitalista, este período se caracterizou, apesar da instabilidade, pelo “princípio da felicidade”, pelo *american way of life*. Em verdade, os vultosos investimentos norte-americanos na reconstrução européia se transformaram nos grandes

responsáveis pelo período histórico de maior prosperidade que o sistema capitalista até então experimentara.

Aproximadamente um século após a “onda” revolucionária que varrerá o continente europeu, os anos do pós-Guerra potencializavam e, simultaneamente, internacionalizavam o sistema capitalista de produção.

As três décadas que separam 1945 de 1975, pareciam ratificar as premissas burguesas de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens (e mulheres), pois é neste período que se constitui no mundo desenvolvido (o Primeiro Mundo) uma alternativa não-marxista para o conjunto da população, aí incluído os trabalhadores.

Apesar de encontrarmos vários exemplos de potenciais conflitos entre as nações capitalistas, estes anos consagraram os Estados Nacionais de credo burguês, sem que isto significasse novo enfrentamento bélico mundial por um lado, e, por outro, que a crescente proletarização dos trabalhadores alcançasse o clímax revolucionário.

Portanto, a dinâmica capitalista dos principais países deste bloco consolidou, ao longo deste período, a democracia parlamentar (burguesa), o Estado como “árbitro” do conflito interclassista e a maquiagem e crescente incorporação dos trabalhadores à lógica desta dinâmica. Nos EUA e de um modo geral na Europa, o campo de batalhas dos interesses foi remetido às instituições de caráter burguês, com destaque para os Parlamentos destes países. O paradigma keynesiano e a conseqüente regulação dos mercados atribuíram ao Estado um contorno mais democrático, onde os “mais fracos tiveram ouvidas e respondidas suas preces”. Por fim, a enorme divisão e diferenciação do mundo do trabalho – fruto da Segunda Revolução Industrial – possibilitaram aos trabalhadores constituírem determinada cesta que atendia a novos padrões socioculturais de consumo.

Na realidade, o que se descortinava era um mundo que requeria maior volume de força de trabalho. A extensa legislação social, a multiplicação de partidos políticos orientados pela social-democracia, a consagração das políticas keynesianas de pleno emprego, o fortalecimento dos Estados Nacionais, são elementos conformadores desta mais recente etapa do sistema capitalista.

Ainda que não possamos generalizar este ambiente (capitalista) para a periferia, é mister ressaltarmos que também nela, ainda que contraditoriamente, houve certo processo “civilizatório”.

É neste período de “luzes” do capitalismo que vemos eclodir em diversas regiões da periferia lutas de emancipação nacional e a consolidação de importantes parques industriais fora do centro, especialmente na América Latina.

Ainda que os processos sociais, econômicos, culturais e políticos da periferia não se tenham caracterizado pela via democrática, tal como ocorrera na maior parcela dos países do centro, este fato não impediu a periferia de se acoplar à dinâmica mais geral do sistema capitalista. Desse ângulo, algumas economias nacionais da periferia ganharam relevo no cenário internacional, promovendo verdadeiros “milagres” internos. Aqui se destacou, indubitavelmente, a economia brasileira. Não coincidentemente, os períodos de maior expansão de nossa economia ocorrem no período assinalado, ou seja, entre 1945 e 1975. Referimo-nos, aqui, particularmente aos anos da Presidência de Juscelino Kubitschek e ao “Milagre Brasileiro”.

Se as décadas entre 1940 e 1970 podem ser assim sumariamente caracterizadas, ao longo da década de 70 percebemos a perda de vitalidade desse longo ciclo de expansão capitalista. A ruptura do acordo de *Bretton Woods* e a imposição do dólar como moeda do comércio internacional, o duplo choque do petróleo, as insinuantes taxas inflacionárias, os acentuados déficits públicos, indicavam para um momento de redução drástica das expectativas nos países capitalistas desenvolvidos e, por extensão, para todo o sistema.

3 - OPOSIÇÃO E CRÍTICA AO BEM-ESTAR

Os anos do longo ciclo “civilizatório” do sistema capitalista possuem características bastante específicas. Se é correto afirmarmos que este sistema tem como lógica estruturante o individualismo, o período 1945/1975 atribuiu novos contornos a ela.

A primeira metade do século XX fez do Ocidente um território em constante e continuado colapso. As duas Grandes Guerras Mundi-

ais e a crise de 1929 são os exemplos mais contundentes desta situação.

O paradigma keynesiano permitiu ao capitalismo dos países do centro a incorporação de uma lógica estruturante mais societária que individual. Desta forma, parece-nos razoável asseverar que as formulações keynesianas implementadas por estes países alcançaram certo “ponto de equilíbrio” entre as forças e classes sociais.

Este “ponto de equilíbrio”, por um lado, afastou-se do Estado liberal clássico, ou seja, o paradigma keynesiano interpola o Estado à lógica de acumulação capitalista, cabendo a este funções até então tidas como exclusivas do mercado. Por outro lado, este novo desenho do Estado, ao incorporar parte significativa das demandas sociais dos trabalhadores, arrefeceu o processo de conscientização proletária que pudesse favorecer a ruptura revolucionária; antes, tratou-se do ajuste possível em detrimento da utopia emancipatória.

Assim, talvez pela primeira vez na história do capitalismo a dicotomia representada pela expressão socialismo x barbárie passava a não refletir as reais e concretas condições de vida de parcela expressiva dos trabalhadores. Daí pode-se argumentar em torno de um processo “civilizatório”, que antes de significar qualquer perspectiva emancipatória proletária, remete-a diretamente para dentro e para o núcleo do processo de acumulação capitalista. Em outras palavras, universaliza a exploração capitalista do trabalho.

Este fato novo possui liames profundos com os intensos processos tecnológicos. Esta Segunda Revolução Industrial descortinou um mundo inexplorado, pois ao mesmo tempo em que destruía inúmeros postos de trabalho, engendrava de maneira célere e diferenciadas, outras oportunidades de inserção produtiva. A destruição criadora do capital fazia-se valer “positivamente”. Teorizava-se, então, sobre a cultura de massas, a sociedade afluyente e o homem de uma só dimensão.

Neste “mundo civilizado”, o Estado cumpre papel fundamental. O legado keynesiano é a pedra de toque. Progresso material, incorporação proletária, consumo em larga escala, garantias sociais e democráticas, deram o contorno e o conteúdo desta “civilização”. As políticas públicas consolidaram o bem-estar a parcelas crescentes da popu-

lação. A legislação social possibilitou um espaço (socioistórico) de segurança de demandas da população e dos trabalhadores com importantes avanços e, concomitantemente, regulamentou o jogo no mercado capitalista. A hegemonia dos partidos da social-democracia, a consagração do paradigma keynesiano e a consolidação do estado de bem-estar social como parâmetros desta “civilização” refletem esta dinâmica.

A década de 70 significou mudança de rota do desenho institucional das principais economias capitalistas. Conforme apontamos anteriormente, contribuíram significativamente a falência do acordo de *Bretton Woods*, os choques do petróleo, os crescentes déficits públicos e as perniciosas taxas inflacionárias que se fizeram presentes nos países desenvolvidos, a partir de então.

Este ambiente favoreceu o fortalecimento da oposição política à social-democracia e a crítica às políticas keynesianas consubstanciadoras do estado de bem-estar. Se, no período anterior, a lógica tendeu a ser estruturante e societária, agora o credo liberal-individualista, após longa maturação, reaparecia de forma inaudita no núcleo do sistema capitalista, isto é, no “mundo civilizado”.

O cerne do argumento das críticas ao estado do bem-estar reside na constatação de que, após três décadas de interferência do Estado (políticas públicas integradoras, segurança no trabalho e ampla rede de garantias sociais), o sistema como um todo beirava perigosamente o colapso, impossibilitado que estava agora, dada a dimensão do caráter societário em detrimento do mercado, de impulsionar a acumulação capitalista.

De acordo com esta orientação, as políticas públicas deflagradas entre 1945 e 1975 atuaram no sentido de reduzir as desigualdades, estimular a regulação pública do privado (capital), fragilizando os alicerces do capitalismo. Ter-se-ia, portanto, chegado ao ponto em que a “civilização” conflitava com a reprodução do capital. A expressão maior deste conflito se materializava nas taxas inflacionárias.

A oposição política e a crítica socioeconômica que amadurecem ao longo desta década, institucionalizaram-se em 1979 e 1980, na Inglaterra e nos EUA, respectivamente. Tratava-se, deste ponto de vista, de reabilitar os pressupostos clássicos do capitalismo. Liberdade

e individualismo se inserem por completo nas agendas sociais, políticas e econômicas dos países centrais.

A “onda” neoliberal potencializa ao máximo os fundamentos do credo individualista, opondo-se sistemática e deliberadamente ao “processo civilizatório” empreendido no imediato pós-Guerra.

4 - A OFENSIVA NEOLIBERAL

As eleições de Thatcher e Reagan na Inglaterra e nos EUA, respectivamente, refletem o movimento de recuo do “processo civilizatório” empreendido pelo paradigma keynesiano. Como apontamos anteriormente, as ações dos governos de cunho neoliberal supõem que o período que se encerra no final da década de 70 compromete inexoravelmente o cerne do sistema, isto é, a acumulação e reprodução capitalista. As políticas públicas do pós-Guerra se tornaram insidiosas, na medida em que retiraram do sistema o grau “necessário” de competição e competitividade entre os agentes econômicos, ressaltando, neste aspecto, a extensão da legislação social como limitadora das iniciativas individuais e das liberdades.

Ainda de acordo com esta perspectiva, a regulamentação pública do capital (ou do mercado), através de nítidos e explícitos mecanismos de controle dos vários mercados (financeiro, de trabalho, cambial, etc.), reduzia, drasticamente, o horizonte de valoração do capital. Ou seja, dado o avanço do processo histórico-cultural civilizatório, o capital estava condenado a “sucumbir”, comprometendo, assim, a taxa de lucro do sistema como um todo.

Deste ponto de vista, tratava-se, portanto, de liberar toda e qualquer amarra a que estivesse submetido o capital. Na década de 80, ganhava dimensão histórica as políticas de desregulamentação dos mercados e de precariedade do mundo do trabalho. Neste sentido, a historicidade das políticas de caráter neoliberal que passam a ser adotadas na maior parcela dos países capitalistas – inclusive naqueles de governo onde prevaleciam coalizões de centro-esquerda ou majoritariamente de esquerda, como são os casos da Espanha e da França – é inteiramente nova.

Não se trata de integrar os diversos agentes socioeconômicos, nem faz parte desta lógica a universalização do mundo do trabalho. Em outras palavras, decorre desta perspectiva o profundo questionamento da centralidade da categoria trabalho como elemento estruturante do mundo e da vida. Via de regra, os instrumentos de políticas econômicas adotadas por tais governos tenderam a “soltar as amarras” do capital. A desregulamentação passou a ser utilizada em larga medida pelo mundo desenvolvido e também por inúmeros países da periferia. Esta prática que se generalizou a partir da experiência norte-americana formulada na *supply-side economics*, redireciona a ação do Estado. Cabe a este a administração da “coisa pública”. Para tanto, tornou-se necessário novo desenho institucional, que assumiu a forma do Estado mínimo. Deste modo, os capitais passaram a ter completa liberdade nos mercados até então regulados, sendo atribuído ao mercado a qualidade de demiurgo e árbitro da sociedade.

Estas foram as precondições para a redução da escalada inflacionária, contenção do déficit público e retomada do crescimento capitalista, visto que nos anos anteriores houvera grande deterioração destas variáveis. As propostas deflagradas desde então tendem a privilegiar aspectos não societários e não solidários das políticas implementadas.

O manejo da oferta monetária e da taxa de juros, juntamente com a redução da tributação sobre os ganhos de capital em particular, são a tônica destas medidas que, via de regra, fazem da política de rendas mero instrumento de retórica.

Merece destaque, na apreensão destes mais recentes acontecimentos, a gestação e amadurecimento da Terceira Revolução Industrial. Sem dúvida alguma, esta é uma das mais importantes engrenagens para o entendimento dessa mais recente fase do capitalismo. Diferentemente das anteriores – fins do Século XVIII e segunda metade do Século XIX - que consagraram o mundo do trabalho como fator estruturante das sociedades humanas, esta opera transformações em setores muito específicos do mundo moderno.

A revolução que ocorre nas áreas da microeletrônica, robotização, informação e telemática, permitiu intensa mobilidade aos capitais. Assim, o que vimos ao longo da década de 80 foi a maciça transferência de capi-

tais dos países centrais em direção à periferia; periferia esta com nova territorialidade, como é o caso do Sudeste Asiático. O crescimento acelerado dos novos países industrializados – os tigres asiáticos (NIC's) – corrobora o anterior. Esta é uma das principais características destes anos: recuo do “processo civilizatório” nos países centrais e potencialização máxima da valoração do capital, associada à exclusão na periferia.

O “potencial civilizatório” que pôde ser atribuído ao capitalismo em seu longo período de crescimento e prosperidade, traduzido na crescente incorporação das demandas específicas de uma sociedade de consumo de massa, viu-se atingido em seu núcleo. A intensa mobilidade dos capitais, em um ambiente de desregulamentação, que se verifica a partir de 1980, torna precário o “potencial civilizatório”. O desemprego é o resultado mais visível e dramático.

Em verdade, o conjunto de fatores que transformaram o mundo a partir da ofensiva neoliberal – globalização (mundialização) do capital, enfraquecimento dos Estados Nacionais, falência do socialismo real, Terceira Revolução Industrial – inaugura nova fase do capitalismo internacional, que encontra eco e sustentação na extraordinária dimensão que passa a possuir o mercado financeiro internacional e no fortalecimento de propostas nitidamente reacionárias e excludentes, portanto não societárias.

A desregulamentação patrocinada pelo ideário neoliberal faz regredir as conquistas alcançadas, aprofunda a competição entre os desiguais como elemento básico do sistema, engendra um nível de desemprego estrutural à lógica reinante e, no limite, destrói o mundo do trabalho. Se a exploração do trabalho pelo capital fora o motor do sistema, agora o capital globalizado recoloca em novos patamares a extração do sobrevalor. A esfera financeira se autonomiza diante da produtiva, trazendo novos e complexos desafios para a humanidade neste final de século.

Assim, é preciso reter que esta fase do capitalismo, onde os fundamentos da sociedade moderna estão em profundo questionamento, desafia-nos a repensar o mundo em torno de um projeto totalizante, civilizatório, humano e solidário. Trata-se de recolocar no plano político a proposta utópica da humanidade.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Sidnéia Reis & GUEDES, César. *Emprego, Desemprego e Inovações Tecnológicas no Pensamento Econômico*. Seropédica: 1998. (Mimeo).

GENTILI, Pablo & SADER, Emir (orgs.). *Pós- Neoliberalismo. As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

IANNI, Octávio. *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

_____. *Teorias da Globalização*. 3. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.

SANTOS, Jair Ferreira dos. *O Que é Pós-Moderno*. 10. ed., São Paulo: Brasiliense, 1991.

SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego*. São Paulo: Contexto, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A Farsa do Neoliberalismo*. 2. ed., Rio de Janeiro: Graphia, 1995.

SOUZA, Paulo Renato. *O Que são Empregos e Salários*. 7. ed., São Paulo, Brasiliense, 1989.